

SEM:96-1 SEQ:15 Local:
AUT:JACQUES, RONECI
TIT:A PARTICIPACAO DA INICIATIVA
PRIVADA NA CONSTRUCAO, DA USINA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA ECONÔMICAS

A PARTICIPAÇÃO DA INICIATIVA PRIVADA NA
CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA
ITÁ - ELETROSUL

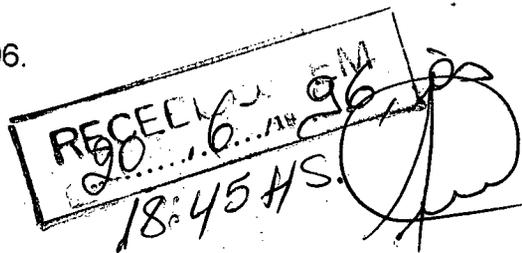
Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 - Monografia

Por: Roneci Jacques

Orientador: Prof. Edvaldo Alves de Santana



Florianópolis, junho de 1996.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

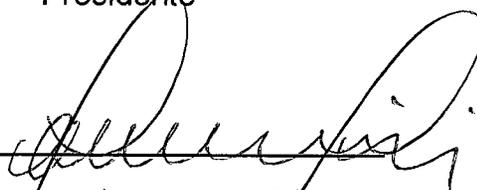
A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota6,5..... a aluna Roneci Jacques na disciplina CNM 5420 - Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:



Prof. Edvaldo Alves de Santana

Presidente



Prof. AYLAIR S. MELO

Membro



Prof. CARLOS JOSÉ GEMEND

Membro

Agradeço a Deus.

Agradeço aos meus filhos "Patrícia e Marcelo" pela compreensão, paciência e estímulo, para a conclusão deste trabalho.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Edvaldo Alves de Santana, pelo apoio e confiança na elaboração deste estudo.

Agradeço aos meus colegas, Rita, Leoze, Campos, Moraes, Assis e Ivan, que colaboram direta e indiretamente no desenvolvimento deste trabalho.

"Persistirei até alcançar êxito.

Os prêmios da vida estão no fim de cada Jornada, não próximos do começo; não me é dado saber quantos passos são necessários a fim de alcançar o objetivo. O fracasso pode ainda se encontrar no milésimo passo.

O êxito, contudo, se esconde atrás da próxima curva da estrada. Jamais saberei a que distância está, a não ser que dobre a curva.

Sempre darei um passo avante.

Se este for em vão, darei outro e mais outro.

Em verdade, dar um passo de cada vez não é difícil."

(OG Mandino)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	IX
1. INTRODUÇÃO	8
1.1. Apresentação	8
1.2. Problemática	9
1.3. Objetivos	11
1.3.1. Geral	11
1.3.2. Específicos	12
1.4. Metodologia	12
2. PLANO NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA E SITUAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA	14
2.1. Economia e o Mercado Energético - Evolução Histórica	15
2.1.1. Cenários Sócio-Econômicos	16
2.1.2. Cenários Energéticos	17
2.1.3. A Questão Econômico-Financeira	20
2.1.4. Perspectivas 1995-1999 da Eletrosul	21
3. ANÁLISE DAS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS DO SETOR ELÉTRICO	25
3.1. O Setor de Energia Elétrica Brasileiro	25
3.1.1. Reestruturação e Comercialização da Energia	26
3.1.2. O Livre Acesso aos Sistemas	27
3.1.3. A Questão Tarifária	28

3.2. A Questão Institucional e a Participação Privada.....	29
3.3. A ELETROBRÁS e o Processo de Transição.....	30
4. A INICIATIVA PRIVADA NA UHE DE ITÁ.....	34
4.1. Informações Gerais.....	34
4.1.2. Situação Institucional	36
4.2. Proponentes ao Consórcio e Caracterização das Proponentes.....	37
4.2.1. Forma de Participação	38
4.2.2. Contrato de Concessão.....	39
4.2.3. Avaliação do Contrato de Concessão	46
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50

LISTA DE TABELAS

TABELA N. 01 - EVOLUÇÃO DO PIB DO CONSUMO GLOBAL DE ENERGIA E DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA	15
TABELA N. 02 - CENÁRIO DEMOGRÁFICO-POPULAÇÃO TOTAL.....	16
TABELA N. 03 - CENÁRIOS MACROECONÔMICOS - PRODUTO INTERNO BRUTO.....	16
TABELA N. 04 - ENERGIA PRIMÁRIA, PRODUTO INTERNO BRUTO E POPULAÇÃO.....	17
TABELA N. 05 - BRASIL - CONSUMO FINAL DE ENERGIA	18
TABELA N. 06 - BRASIL - CONSERVAÇÃO DE ENERGIA - Twh	19
TABELA N. 07 - PREVISÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA	19
TABELA N. 08 - RESULTADO ECONÔMICO PARA 1995-1999.....	21
TABELA N. 09 - CAPACIDADE DE AUTOFINANCIAMENTO 1995-1999.....	22

1. INTRODUÇÃO

1.1. Apresentação

O presente trabalho tem por objetivo analisar a participação da iniciativa privada na construção da Usina Hidrelétrica ITÁ-Eletrosul.

As mudanças que se processam atualmente na economia brasileira, fundamentadas basicamente pelas reformas institucionais, reorganização do estado brasileiro e na necessidade de integração à nova ordem econômica internacional (onde o processo de globalização mundial modifica substancialmente o contexto de atuação das nações e das empresas), delineam direções e paradigmas que influenciam o setor elétrico brasileiro.

Neste contexto de mudanças e de decisões é que surgiram as determinações de privatização da Escelsa e da Light e demais empresas do sistema ELETROBRÁS (ou seja, ELETROSUL, FURNAS, CHESF e ELETRONORTE).

Como parte integrante da infra-estrutura do País, o setor elétrico também se sente desafiado a promover mudanças, oportunidade em que busca-se não somente uma nova configuração institucional como também uma nova estrutura organizacional.

As leis 8.987/95 e 9.074/95 são algumas das modificações que buscam inserir a concepção de competitividade no âmbito do setor elétrico. Como decorrência, estuda-se um novo modelo institucional, o qual, dentre outras coisas, deverá regular os mecanismos de privatização das empresas do grupo ELETROBRÁS.

Dentro deste quadro é que o presente trabalho se situa, mostrando como a Eletrosul fez sua opção na construção da UHE-ITÁ, em parceria com a iniciativa pri-

vada, sob a forma de consórcio, assegurando com isso a continuidade em sua construção dentro das condições já realizadas através de licitação pública.

1.2. Problemática

A crise financeira que levou à paralisação quase total das obras da ELETROSUL constitui-se, sem dúvida, no principal problema a enfrentar. Essa crise resultou de uma prática perversa - para o Setor Elétrico e para a Sociedade - de redução em valores reais das tarifas, da desorganização do fluxo de recursos internos ao Setor e da frustração de recursos originários de fontes tradicionais de financiamento, como BIRD, BID e BNDES.

Assim, se a ELETROSUL não contar com recursos financeiros para conduzir um programa de expansão compatível com as necessidades do mercado e com a sua própria potencialidade de participar desse mercado e de realizar projetos e obras, ela deixa de ser viável, pelo menos na configuração atualmente pretendida pelo Governo Federal.

Dessa forma, as medidas que já vêm sendo tomadas pelo governo atual no sentido de recompor tarifas e restabelecer a ordem no relacionamento comercial entre as empresas do Setor, prepara a retomada de negociações com os credores externos do país, o que deve, no primeiro caso, equilibrar receita e despesa operacionais da ELETROSUL e, no segundo, reabrir a possibilidade para entrada de recursos externos para investimentos.

Embora fundamentais e merecedoras de todo suporte da alta administração da Empresa, tais medidas não são suficientes para dar o necessário equilíbrio econômico-financeiro e condições para a retomada segura dos investimentos.

Para tanto, é necessário priorizar os empreendimentos em andamento, visando sua conclusão no menor prazo possível, implantando nova política para captação de recursos, através da busca de novos parceiros, principalmente na iniciativa privada.

O consórcio para geração de energia elétrica, embora previsto no Código de Águas há mais de 50 anos, nunca foi efetivamente colocado em prática no Brasil e só recentemente foi disciplinado através da Lei n. 9.074, de 07/07/1995, já conhecido como Lei das Concessões de Serviços Públicos.

Até então, a produção de energia elétrica no Brasil tenha-se caracterizado como um monopólio do estado. Desta forma, a produção privada de energia elétrica pode ser considerada como pouco representativa face à expressiva contribuição de empresas onde o estado tem participação majoritária.

Esse modelo de produção, entretanto, mostrou-se de grande fragilidade, na medida em que cessaram os aportes de recursos necessários aos investimentos no Setor Elétrico, tanto em relação ao aumento requerido de produção quanto em sua própria manutenção.

A Lei de Concessões trouxe para o setor elétrico uma nova oportunidade, definindo a possibilidade de formação de consórcios entre empresas estatais e capitais privados (interessados em produção de energia), permitindo a inserção de novos recursos no setor e a continuidade de obras até então paralisadas.

Convicta da necessidade da energia a ser gerada pela Usina de ITÁ para o sistema elétrico nacional, a ELETROSUL decidiu estabelecer um processo licitatório de busca de parcerias na iniciativa privada, situação em que esses parceiros aportariam capitais de risco para o empreendimento e assumiriam a maior parte dos investimentos necessários para construir a usina.

A concorrência, uma vez realizada através da nova lei de licitações, selecionaria um consórcio que concluiria o empreendimento pelo menor valor. Isso representaria, para a ELETROSUL, a maior participação pelo seu ativo e pelo investimento que viria a realizar. As propostas não se limitaram, entretanto, ao valor a ser investido, mas trouxeram junto todos os fornecimentos de bens e serviços necessários à conclusão da usina.

Deve ser salientado que, neste contexto, à ELETROSUL ficaram reservadas as seguintes tarefas: finalizar as indenizações, relocação e reassentamento dentro do reservatório e gerenciamento da qualidade da obra, já que esta deverá reverter à União ao final do tempo de Concessão.

A ELETROSUL ficará encarregada da operação da Usina e, por contrato, de representar o consórcio perante entidades públicas, tais como DNAEE (Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica), GCPS (Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos), GCOI (Grupo Coordenador para Operação Interligada), ELETROBRÁS e outras.

1.3. Objetivos

1.3.1. Geral

O trabalho aqui desenvolvido teve como objetivo principal apresentar a evolução do quadro institucional do Setor Elétrico brasileiro e mostrar que a formação de parcerias para construir as usinas em andamento é uma forma bastante atrativa para a Eletrosul, ao mesmo tempo, superar suas limitações financeiras e adaptar-se ao novo modelo institucional.

1.3.2. Específicos

Por outro lado, complementam ao objetivo geral os seguintes objetivos específicos:

- analisar o resultado econômico-financeiro, considerando as perspectivas para 1995-1999;
- analisar as mudanças institucionais em curso;
- verificar se a forma de parceria na modalidade de consórcio, adotada pela Eletrosul na construção da UHE-ITÁ, atende às mudanças institucionais em curso e
- verificar a questão institucional e a participação privada diante da complexidade do sistema elétrico, e dos interesses envolvidos, e o processo de modificações estruturais.

1.4. Metodologia

Na realização deste trabalho foi feito um levantamento em relatórios oficiais que tratam da participação da iniciativa privada na UHE-ITÁ e uma avaliação das leis 8.987/95 e 9.074/95, mostrando as modificações que buscam inserir a concepção de competitividade no setor elétrico.

Este trabalho foi desenvolvido, também, a partir de pesquisas em publicações técnicas, relatórios de estudo e análise de viabilidade, bem como através de entrevistas com engenheiros, técnicos da área econômico-financeira e integrantes do projeto da UHE-ITÁ, da Eletrosul.

Através do Plano 2015, em seu relatório executivo, do Termo de Referência para a Desestatização do Sistema ELETROBRÁS e da Reestruturação do Setor

Através do Plano 2015, em seu relatório executivo, do Termo de Referência para a Desestatização do Sistema ELETROBRÁS e da Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro, da ELETROBRÁS, que auxiliaram no fundamento da análise das mudanças institucionais do setor elétrico brasileiro, encontrou-se o arcabouço técnico-econômico para analisar as implicações das mudanças propostas nos destinos de um empreendimento que envolve empresas estatais e privadas.

O trabalho está estruturado em mais quatro capítulos, além deste inicial. No Capítulo 2 são discutidas as condições e futuro do setor elétrico, através de uma análise do plano 2015, da Eletrobrás. O Capítulo 3, por ^{uma} vez, trata da análise das mudanças institucionais do setor elétrico, da reestruturação e da comercialização da energia. No capítulo 4 é apresentado o aproveitamento hidrelétrico de ITÁ, a forma de participação da iniciativa privada, bem como uma avaliação do contrato de concessão.

2. PLANO NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA E SITUAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

O Plano Nacional de Energia Elétrica 1993/2015, (Plano 2015) é o instrumento de referência para o planejamento de longo prazo do Setor Elétrico do País. Seu objetivo é consolidar o conhecimento e as expectativas atuais do Setor Elétrico Brasileiro, no horizonte de longo prazo, explicitando a orientação estratégica que deverá determinar as alternativas de expansão do sistema elétrico nas próximas décadas.

Num quadro geral de reestruturação da economia brasileira, caracterizado pela busca de novos padrões de qualidade e produtividade, examinou-se um leque de distintos cenários, de modo a traçar uma estratégia de expansão que evite a ocorrência de estrangulamento na oferta de energia elétrica ou a ociosidade e mal uso dos recursos existentes.

O sistema elétrico nacional apresenta características que o distingue da maior parte dos sistemas elétricos no mundo. É um sistema predominantemente hidrelétrico, composto de usinas com grandes reservatórios de regularização plurianual. Apesar de ainda haver um grande potencial hidrelétrico a aproveitar, capaz de suprir o País por mais de duas décadas, justifica-se estrategicamente planejar um programa termelétrico de transição, para a época em que o potencial hidrelétrico for ficando menos competitivo, pelo custo das usinas ou por sua distância em relação aos mercados.

Os sistemas de transmissão no Brasil se caracterizam pelas grandes distâncias das usinas aos principais centros de consumo e pelas interconexões inter-regionais motivadas pela diversidade hidrológica entre bacias hidrográficas, ensejando grande economia na expansão e na operação dos sistemas, com importantes reduções de custo para o consumidor.

2.1. Economia e o Mercado Energético - Evolução Histórica

O Consumo total de energia elétrica no Brasil tem apresentado taxas de crescimento superiores as do consumo global de energia e às da economia.

Tabela n. 01 - Evolução do PIB do Consumo Global de Energia e do Consumo de Energia Elétrica

	1970	1980	1990	1992
Produto Interno Bruto				
(PIB)				
10 ⁶ US\$	120,6	276,3	320,0	321,2
Taxa Anual Média %		8,6	1,5	0,2
Consumo Global de				
Energia				
10 ⁶ TEP	57,0	122,0	159,0	165,0
Taxa Anual Média %		7,9	2,7	1,9
Consumo de Energia				
Elétrica (*)	35,8	114,3	199,9	213,3
Twh taxa anual média %		12,3	5,7	3,3

(*) das concessionárias de serviço público, sem tarifas especiais

Fonte: Plano 2015, volume I, ELETROBRÁS, abril/94.

2.1.1. Cenários Sócio-Econômicos

A evolução do crescimento populacional do Brasil vem apresentando alterações importantes, conforme censo 1991. De fato, a taxa de crescimento anual média de 1,9% no período 1980-1991, foi bastante inferior aos 2,5% verificados na década precedente.

Tabela n. 02 - Cenário Demográfico - População Total

	1980	1991	2000	2005	2010	2015
10 ⁶ habitantes	119,0	146,2	170,1	183,3	196,1	208,5
Taxa Anual Média (%)	-	1,9	1,7	1,5	1,4	1,2

Fonte: Plano 2015, volume I, ELETROBRÁS, abril/94.

Tabela n. 03 - Macroeconômicos - Produto Interno Bruto

	1980	2000	2005	2010	2015
Cenário I					
10 ⁹ US\$	321,2	382,5	488,2	593,9	722,4
Taxa Anual Média (%)	-	2,2	5,0	4,0	4,0
Cenário II					
10 ⁹ US\$	321,2	450,9	585,5	700,2	851,6
Taxa Anual Média (%)	-	4,3	5,0	4,0	4,0
Cenário III					
10 ⁹ US\$	321,2	516,0	690,6	881,3	1.124,5
Taxa Anual Média (%)	-	6,1	6,0	5,0	5,0
Cenário IV					
10 ⁹ US\$	321,2	540,8	723,7	968,5	1.295,7
Taxa Anual Média (%)	-	6,7	6,0	6,0	6,0

Fonte: Plano 2015, volume I, ELETROBRÁS, abril/94.

2.1.2. Cenários Energéticos

Tabela N. 04 - Energia Primária, Produto Interno Bruto e População

	1990	2015			
		I	II	III	IV
Energia Primária					
10 ⁶ Tep	181,4	386,3	433,6	516,8	571,0
Tep/10 ³ US\$ de PIB	0,57	0,53	0,51	0,46	0,44
Tep/Hab	1,26	1,85	2,08	2,48	2,74
Elasticidade					
E. Primária/PIB	-	0,94	0,88	0,83	0,81

Fonte: Plano 2015, volume I - ELETROBRÁS, abril/94.

Tabela N. 05 - Brasil - Consumo Final de Energia

	1990	2015			
		I	II	III	IV
Mtep	166,9	353,1	398,1	473,4	527,1
Eletricidade	61,0	163,3	183,1	212,1	239,7
Gás Natural	3,4	14,6	21,2	32,6	42,3
Petróleo e Alcool	61,5	128,2	143,3	168,7	182,0
Carvão Mineral	8,6	14,9	17,6	25,3	27,3
Lenha e Carvão Vegetal	21,7	19,2	19,7	21,0	22,1
Bagaço e Outros	10,7	12,9	13,2	13,7	13,7
Participação (%)					
Eletricidade	36,5	46,2	46,0	44,8	45,5
Gás Natural	2,0	4,1	5,3	6,9	8,0
Petróleo e Alcool	36,8	36,4	36,0	35,6	34,5
Carvão Mineral	5,2	4,2	4,4	5,3	5,2
Lenha e Carvão Vegetal	13,0	5,4	4,9	4,4	4,2
Bagaço e Outros	6,4	3,7	3,3	2,9	2,6

Fonte: Plano 2015, volume I - ELETROBRÁS, abril/94.

Tabela n. 06 - Brasil - Conservação de Energia - Twh

CENÁRIO	1995	2000	2005	2010	2015
I	3,0	9,1	21,1	42,8	63,9
II	3,6	14,7	31,3	50,9	75,8
III	4,6	17,8	44,2	70,8	105,3
IV	5,2	20,0	49,5	81,6	123,7

Tabela n. 07 - Previsão do Consumo de Energia Elétrica

	1992	2000	2005	2010	2015
Cenário I					
Twh	22,3	293,8	384,0	467,2	563,0
Taxa Anual Média (%)	-	3,4	5,5	4,0	3,8
Cenário II					
Twh	224,3	392,5	430,6	523,9	631,3
Taxa Anual Média (%)	-	4,9	5,5	4,0	3,8
Cenário III					
TWh	224,3	360,7	473,2	589,7	731,4
Taxa Anual Média (%)	-	6,1	5,6	4,5	4,4
Cenário IV					
Twh	224,3	377,6	495,4	624,6	826,4
Taxa Anual Média (%)	-	6,7	5,6	5,3	5,2

Fonte: Plano 2015, volume I - ELETROBRÁS, abril/94.

2.1.3. A Questão Econômico-Financeira

Os mais graves problemas financeiros do setor elétrico foram praticamente solucionados em 1993, após a introdução de grandes mudanças no arcabouço jurídico do setor elétrico visando ao equacionamento do quadro de conflitos políticos, institucionais, empresariais e econômico-financeiros.

O projeto da nova legislação do Setor Elétrico resultou na promulgação da Lei n. 8.631/93 e do Decreto n. 774/93, quando foram criadas novas regras para fixação de preços da energia elétrica, definindo o fim da equalização das tarifas praticadas em nível nacional, extintas a remuneração garantida dos investimentos e a Conta de Resultados a Compensar.

A Lei n. 8.631/93 permitiu a quitação das concessionárias através dos créditos da **CRC** dívidas referentes ao fornecimento de energia, aquisição de combustíveis, despesas financeiras e outras. Criou-se uma nova sistemática de reajustes tarifários compatível com a sua estrutura de custo, proposta pelas concessionárias que é analisada, e homologada pelo DNAEE.

Refere-se também ao recolhimento da Reserva Global de Reversão **(RGR)**, cotas anuais incluídas no custo de serviço das Empresas, que foi regulamentada através da Portaria DNAEE n. 177 de 29 de março/93. Os recursos da RGR devem ser transferidos para a ELETROBRÁS, e ao DNAEE 2% para custear seus gastos com projetos e atividades relativos à hidrologia e fiscalização das concessões de energia elétrica.

O total da RGR deverá superar US\$ 1 bilhão e se destinará à:

- concessão de financiamentos às empresas concessionárias;
- expansão e melhorias dos serviços públicos de energia elétrica;

- reativação do programa de conservação de energia;
- financiamento de programas de eletrificação rural.

2.1.4. Perspectivas 1995-1999 da Eletrosul

Tabela N. 08 - Resultado Econômico para 1995-1999

ESPECIFICAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999
Receita Operacional Líquida	811,9	803,9	811,4	796,7	834,3
(-) Despesas Operacionais	839,2	881,9	930,4	921,6	1.043,4
(=) Margem Operacional	27,3	(78,0)	(119,1)	(124,9)	(209,1)
(+) Resultado Finan. e não Operacional	9,1	(40,7)	(66,1)	(63,8)	(78,6)
(-) Imposto de Renda	9,5	-	-	-	-
(=) Resultado do Exercício	(45,9)	(118,7)	(185,2)	(188,7)	(287,7)
% Margem/Receita	(3,4)	(9,7)	(14,7)		(25,1)

Fonte: Diagnóstico Econômico-Financeiro, Eletrosul, março/95.

A projeção do resultado econômico demonstra que a Empresa deveria registrar um prejuízo da ordem de R\$ 45,9 milhões em 1995 na época da pesquisa ainda não se tinha o balanço anual (definitivo), elevando-se para R\$ 287,7 milhões em 1999.

A análise desse resultado mostra que o primeiro ano da projeção, 1995, saiu com prejuízo devido ao fato de as despesas operacionais terem crescido, em média, 14,5% no segundo semestre de 1994, enquanto que as tarifas ficaram congeladas. Comparativamente a 1994, ano em que se verificou um lucro de R\$ 8.1 milhões,

pode-se afirmar que a principal diferença deve-se a existência, naquele exercício, de um resultado inflacionário positivo, em razão da política cambial do governo no 2o semestre/94. Possíveis mudanças dessa política não estão contemplados no presente estudo que está a preços constantes.

A partir de 1996, a expectativa é de um agravamento do prejuízo, em função da entrada em operação de Jorge Lacerda IV e Jacui.

Tabela N. 09 - Capacidade de Autofinanciamento 1995-1999

ANO	OPERACIONAL		SERVIÇO DA DÍVIDA	MARGEM	INVESTIMENTO	% UTILIZAÇÃO DA MARGEM
	RECURSOS	DESEMBOLSOS				
1995	3,43,3	215,2	260,2	(132,1)	1,3	-
1996	373,3	247,2	223,6	(97,5)	20,5	-
1997	389,0	247,8	178,3	(37,1)	5,9	-
1998	381,9	245,7	159,3	(23,1)	15,2	-
1999	381,2	259,5	116,3	5,4	49,2	100
TOTAL	1.868,7	1.215,4	937,7	(284,4)	92,2	-
MÉDIO	373,7	243,1	187,5	(56,9)	18,4	-

Fonte: Diagnóstico Econômico-Financeiro - Eletrosul, março/95.

O fluxo de caixa estimado indica que, até 1988, os recursos próprios não serão suficientes para a quitação dos compromissos de custeio e serviço da dívida, apresentando um déficit operacional, da ordem de R\$ 289,8 milhões. Portanto é nula a capacidade de autofinanciamento das aplicações diretas do programa de expansão até 1988, deixando a descoberto parte da programação atual.

A principal causa é a existência de compromissos muito elevados com o serviço da dívida, concentrados nos três primeiros anos desta projeção. Em termos médios, os pagamentos contratuais do serviço da dívida representam 50% dos recursos operacionais do período 1995-1999, enquanto que o saldo de recursos disponíveis para a sua liquidação deverá ser de apenas 35%. Assim, R\$ 284,4 milhões de compromissos relativos a empréstimos e financiamentos vencíveis no período estarão sem a competente cobertura financeira e R\$ 92,1 milhões referentes a aplicações diretas no programa de investimento dependerão da definição de recursos a captar para a sua realização.

A ELETROSUL apresenta um quadro econômico-financeiro preocupante, exigindo medidas de longo prazo para a sua reversão.

Quanto ao aspecto financeiro, a ELETROSUL resolveu a maioria de seus problemas através do encontro de contas com a utilização de créditos da Conta de Resultados a Compensar - CRC amparado pela Lei n. 8631/93 e legislação complementar.

A preocupação financeira ainda existente é devido ao volume e à concentração de compromissos com o serviço da dívida. Até dezembro deste ano serão exigidos cerca de 34.7% dos empréstimos e financiamentos existentes em 31/12/94 que deverá gerar um serviço da dívida da ordem de R\$ 483,8 milhões, inviável de equacionamento apenas com recursos próprios gerados em igual período.

A principal causa da inadequação do perfil dos empréstimos e financiamentos é, seguramente, o frequente adiamento da entrada em operação dos empreendimentos a eles associados. Além de causar a elevação dos custos financeiros, pressionam o fluxo de caixa da Empresa com pagamentos do serviço da dívida relativos a empreendimentos que ainda estão na fase pré-operacional, sem gerar receita.

Assim, dado o quadro acima, que se caracteriza pela necessidade de mais energia e, simultaneamente, pelas restrições financeiras da ELETROSUL, fica cada vez mais difícil para a empresa a execução de uma obra de usina, por menor que seja, dentro das condições normais de controle acionário. Com isso, a alternativa de parceria com a iniciativa privada, que viabilizaria novos recursos financeiros, mostra-se uma solução atrativa.

3. ANÁLISE DAS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS DO SETOR ELÉTRICO

3.1. O Setor de Energia Elétrica Brasileiro

Sob o ponto de vista da geração de energia a partir de fontes hidráulicas o setor elétrico brasileiro é um dos maiores do mundo. A produção de eletricidade em 1994 atingiu 270TWh, dos quais 96% de origem hidráulica, para atender 37 milhões de consumidores. A geração está concentrada em três grupos de empresas:

- a) empresas puramente geradoras, como CHESF, ELETRONORTE, FURNAS e ELETROSUL, com cerca de 39% da potência instalada total;
- b) as concessionárias estaduais verticalizadas, como CESP, CEMIG, COPEL, CEEE, CELG, com 37% da potência instalada; e
- c) e a Binacional ITAIPÚ com 15% do total da potência instalada.

Existem ainda 30 concessionárias pequenas, privadas em sua maior parte, atuando na distribuição, e a Light, recentemente privatizada.

O movimento referente às modificações da legislação setorial é reflexo do amplo consenso hoje existente sobre a necessidade de modernização do setor elétrico, provocado pelo cenário internacional, onde vários países estão hoje empenhados na reformulação de seus setores de infraestrutura, visando obter ganhos de eficiência, através da introdução da competição onde seja possível, e melhorias nos seus sistemas de regulação e fiscalização. No Brasil, procura-se criar novas condições para o investimento privado, especialmente na geração de energia, através da abertura do mercado e da organização do sistema de transmissão que assegure o livre acesso a produtores e consumidores.

A eletricidade é insumo básico para todas as atividades econômicas e bem social básico para a população. Não é estocável, nem possível de rápida importação em uma situação de carência de oferta interna. Seus investimentos são vultuosos e de longo prazo de maturação. Estas características tornam a energia elétrica particularmente importante no processo de desenvolvimento, pois qualquer atraso na realização dos investimentos necessários à expansão de sua oferta pode criar sérios obstáculos ao crescimento econômico e ao bem estar social. Este aspecto reforça a necessidade do estabelecimento de regras claras e estáveis, como condição prévia para a atração dos investimentos privados para garantir a prestação de serviços adequados e a preços justos.

Existem duas etapas a serem consideradas para o processo das mudanças setoriais: a primeira é referente a reestruturação institucional do setor elétrico, na qual se insere a reestruturação da ELETROBRÁS; e a segunda refere-se ao processo de modelagem de venda dos segmentos a serem privatizados do Sistema ELETROBRÁS.

3.1.1. Reestruturação e Comercialização da Energia

A reestruturação do setor elétrico brasileiro já conta com várias propostas alternativas. A do BNDES, prevê a reestruturação do órgão regulador - DNAEE, encarregado da fiscalização e regulação dos serviços de energia elétrica. O surgimento de grandes concessionárias privadas, resultante da privatização das subsidiárias da ELETROBRÁS, convivendo com grandes concessionárias estaduais ainda verticalizadas, tornarão mais complexas as tarefas do DNAEE, reforçando a urgência de sua reformulação.

A comercialização de energia compreende o relacionamento, a sistemática de contratação e os direitos e deveres entre os agentes envolvidos, sendo, portanto, um aspecto essencial no novo modelo.

No sistema brasileiro, a otimização da operação exige que a produção de cada central de geração seja determinada centralizadamente e de forma independente dos contratos comerciais. Desta forma, é necessário criar os mecanismos que compatibilizem as quantidades contratadas com a produção efetiva de cada usina.

A forma de comercialização deve propiciar a máxima eficiência econômica no investimento e na gestão, proporcionando, ao mesmo tempo, o máximo de liberdade aos agentes, sendo, entretanto, condicionada pela nova estrutura proposta para o setor, pela regulamentação necessária ao atendimento do serviço público e pelas características do nosso sistema elétrico.

3.1.2. O Livre Acesso aos Sistemas

Conforme tendência mundial, a competição na geração e na comercialização de energia depende fundamentalmente da organização e estruturação da transmissão, de forma que não possa haver favorecimento por parte de qualquer agente, exigindo portanto, neutralidade. Porém, em função das dificuldades de se constituir no Brasil, a curto prazo, uma empresa única que abranja todas as instalações de transmissão existentes, o livre acesso aos sistemas de transmissão e distribuição deverá ser, pelo menos em princípio, garantido através de um pacto operativo compulsório, envolvendo todos os agentes responsáveis por instalações pertencentes a estes sistemas.

É essencial estabelecer regras para acesso e metodologia de tarifação únicas em âmbito nacional, de forma a assegurar condições isonômicas de utilização

dos sistemas de transmissão e distribuição de todas as empresas por parte dos produtores e consumidores, que tem esse direito assegurado pela legislação.

3.1.3. A Questão Tarifária

O estabelecimento do novo modelo institucional deve atribuir especial atenção ao sistema tarifário, contemplando questões indispensáveis ao equilíbrio das atuais concessões e aos novos investimentos no setor, tais como, estabilidade de regras, estímulo à eficiência, nível das tarifas, mecanismos de reajustes e revisão.

Está prevista no sistema-tarifário a incorporação de condições básicas em sua operacionalidade, como:

- auto-sustentabilidade no equacionamento do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão;
- vinculação à adimplência e à normalidade dos fluxos financeiros do setor; e
- condição ^{de independência} pelo Poder Regulador ao abrigo de ingerências diretas sobre a execução da política tarifária.

3.2. A Questão Institucional e a Participação Privada

Diante da complexidade do sistema elétrico e dos interesses envolvidos, o processo de modificações estruturais requer muitas reflexões e negociações.

Quanto ao contexto institucional existem duas preocupações. A primeira, relaciona-se a um processo mais amplo de transformação da economia brasileira e de reorientação do papel do estado, que refletem um processo muito extenso, de âmbito internacional.

A segunda, é a crise financeira das concessionárias, onde a intensidade chegou a ameaçar a capacidade do Setor Elétrico de efetuar os investimentos de que necessita.

As modificações no marco institucional do Setor Elétrico brasileiro são comparáveis em importância à aprovação do Código de Águas, em 1934, e à criação da ELETROBRÁS, em 1962, visto que toda a sua estrutura legal e normativa terá que se adaptar ao espírito da nova legislação.

Como cenário de referência, parece hoje mais razoável admitir-se uma ampliação significativa da participação privada, continuando, porém, o estado a desempenhar um papel central na tomada dos investimentos, particularmente nos grandes projetos de longa maturação e com impactos ambientais complexos.

Sob esse ponto de vista, o quadro institucional do Setor Elétrico terá que estar preparado para lidar simultaneamente com agentes privados e estatais, operando em um contexto competitivo. A privatização não é considerada pré-condição para a produtividade, mas é fundamental que se reduza o nível de politização econômica nas empresas, com autonomia de gestão, para que estas possam manter padrões de eficiência almejados.

Diante de uma pressão competitiva, reforçada por uma maior integração da economia brasileira e nela busca de melhor qualidade e menores custos dos produtos finais, chega-se também a energia elétrica diretamente enquanto bem de consumo e indiretamente através da cadeia de produção, enquanto bem intermediário.

Em resumo, as principais pressões para que se altere o modelo institucional do Setor Elétrico brasileiro, devem levar em conta dois principais eixos de mudanças: a necessidade de se estimular aumentos de produtividade e a minimização de custos, o que aumentaria a competitividade da economia brasileira (em geral), e buscaria soluções para a superação da crise financeira.

3.3. A ELETROBRÁS e o Processo de Transição

O processo de transição pode afetar sensivelmente as atuais empresas, assim como poderá requerer uma difícil harmonização entre os dois sistemas de formação de preço (serviço pelo preço de licitação e serviço pelo custo) que poderão existir por um longo período.

A reestruturação do setor elétrico envolve a transição de um modelo quase todo controlado pelo estado, com empresas verticalizadas, detentoras de monopólios regionais, para um modelo descentralizado e competitivo com participação privada, ao mesmo tempo em que o consumo de energia elétrica encontra-se em crescimento acentuado.

Para que a implantação do novo modelo seja adequada, recomenda-se preservar durante o processo de transição as estruturas organizacional e funcional básicas da ELETROBRÁS, adaptando-a gradual e seletivamente.

As principais funções da ELETROBRÁS a serem preservadas durante o processo de transição seriam:

- desenvolvimento de estudos ambientais e de projetos de engenharia necessários à licitação dos novos empreendimentos de geração;
- definição e administração dos mecanismos de financiamento setorial, com vistas a assegurar a expansão da oferta de energia elétrica;
- administração do SINTREL, incluindo sua ampliação com vistas a abranger os sistemas de transmissão e distribuição das demais concessionárias, de forma a viabilizar o livre acesso em âmbito nacional;
- controle federal da malha de transmissão das atuais subsidiárias da ELETROBRÁS, até que um novo modelo setorial seja completamente definido;
- coordenação das funções de integração e supervisão relacionadas com o planejamento da expansão, o planejamento da operação e operação em tempo real do sistema. Coordenação da promoção da pesquisa e desenvolvimento tecnológico e da política de conservação e do uso eficiente da energia.

Considerando os atuais instrumentos legais constatou-se não ser possível a venda da ELETROBRÁS como um todo, pelas seguintes razões:

- FURNAS, subsidiária da ELETROBRÁS, possui concessões de centrais nucleares que, segundo o inciso XIII do artigo 21 da Constituição Federal, só podem ser explorados pela União.
- A ELETROBRÁS é proprietária de 50% da ITAIPÚ Binacional, criada através de tratado entre o Brasil e Paraguai, sendo o capital subscrito intransferível e as alterações contratuais dependentes do consentimento de ambas as partes.
- A ELETROBRÁS exerce funções integradoras tipicamente de governo, como a coordenação do planejamento da expansão e da operação interligada, que não deverão ser assumidas por agentes que tenham interesses comerciais.

Como não é possível desestatizar a ELETROBRÁS na sua forma atual, então foram sugeridas algumas opções como:

- Cisão da ELETROBRÁS, com a criação da ELETROPART, que deteria todos os seus ativos privatizáveis;
- promoção da privatização das subsidiárias, em uma configuração a ser estudada;
- licitação das concessões, com a extinção das subsidiárias.

Entretanto, a adaptação do setor elétrico às diretrizes das leis 8.987/95 e 9.074/95, provavelmente acarretará em mudanças consideráveis no perfil organizacional, especialmente no que se refere à comercialização da energia elétrica. Na verdade, o panorama legal contemplado nas leis acima (sobretudo na segunda), cria uma série de mecanismos que estimulam a competição entre concessionárias. Por exemplo, ao liberar das concessões os autoprodutores que concorrem com aproveitamentos hidrelétricos com potência entre 5 Mw e 10 Mw e termelétricos acima de 5 Mw - para os quais precisa apenas de uma autorização -, o legislador acaba facilitando o acesso ao mercado para aqueles consumidores que tenham interesse em produzir energia para consumo próprio. Neste sentido, para desestimular a autoprodução - e, portanto, não perderem mercado - as concessionárias devem oferecer sua energia a preços menores, como forma de atrair os grandes consumidores industriais, principalmente.

Outro instrumento de estímulo à competitividade contido na Lei 9.074/95, está associado à criação da figura do produtor independente de energia elétrica, conforme consta nos artigos 11, 12, 13 e 14 da referida Lei. Na prática, ao permitir que este tipo de produtor tenha acesso ao mercado consumidor - ainda que, inicialmente, seja apenas aos consumidores com carga superior a 10 Mw -, o instrumento regulatório, se cumprido à risca, com certeza será um importante marco para a concorrência entre

as empresas do setor elétrico. A demais, passados três anos da promulgação da referida Lei, isto é, após 07 de julho de 1998 - os grandes consumidores (com demanda maior que 10 Mw) poderão escolher de qual concessionária gostaria de comprar suas necessidades de eletricidade, desde que estes últimos estejam técnica e operacionalmente ligados ao sistema elétrico nacional, ou seja, a combinação desses mecanismos legais deixam várias expectativas bastante favorável no que diz respeito à criação de um ambiente competitivo no setor elétrico.

Em seguida é elaborada uma análise preliminar das opções sugeridas, indicando-se suas vantagens e desvantagens, dentro da visão que hoje se tem da questão.

4. A INICIATIVA PRIVADA NA UHE DE ITÁ

4.1. Informações Gerais

A UHE ITÁ está localizada na divisa dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, no Rio Uruguai, e foi dimensionada com uma potência de 1.450 MW, com 5 unidades geradoras de 290 MW, para ser integrada ao sistema interligado Sul-Sudeste através da rede de transmissão de 500KV da Eletrosul, integrante do sistema SINTREL - Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica.

Esta usina, cujos estudos foram iniciados em 1980, encontra-se atualmente com a infra-estrutura necessária para a execução das obras principais quase que totalmente concluídas, citando-se: a construção de acampamentos, estradas de acesso, ponte de serviço, redes de água, energia elétrica e obras preliminares no local da barragem, o que possibilitará a execução imediata dos serviços de construção.

A decisão de construir a Usina Hidrelétrica ITÁ foi motivada pelo porte do empreendimento, seus benefícios econômicos, sua localização com relação ao sistema de transmissão e pelo fato de já se ter solucionada a questão social do reservatório. O custo da energia a ser gerado, da ordem de R\$ 15,10/K/Wh coloca a Usina de Itá, com seus 1.450 MW de potência instalada, como o mais atraente de todos os empreendimentos hidrelétricos da Região Sul/Sudeste do Brasil.

A região de implantação da Usina conta com uma excelente infra-estrutura em termos de rodovias, aeroportos, meios de comunicação, distribuição de energia elétrica e serviços de suporte comunitário, o que deverá facilitar, em muito, as atividades de construção e operação.

Desde 1987 a Eletrosul vem investindo recursos significativos no equacionamento das questões sócio-ambientais relacionadas à transferência das populações a serem atingidas quando do enchimento do reservatório.

A nova cidade de Itá já se encontra em pleno funcionamento, tendo sido concluídos 99% da relocação da cidade antiga, com cerca de 2.000 habitantes. Por outro lado, já foram reassentados ou estão em fase de reassentamento, em áreas rurais, 44% (275 famílias) do total de trabalhadores rurais atingidos pelo futuro reservatório da usina.

A Eletrosul já investiu cerca de R\$ 240 milhões nos trabalhos necessários à total viabilização ambiental da usina, faltando realizar um valor da ordem de R\$ 95 milhões. Quanto a usina em si, a Eletrosul vinha acumulando, ano a ano, prejuízos significativos em função da falta de recursos para iniciar as obras principais, que estão estimadas em aproximadamente R\$ 558 milhões (valores a preços de setembro de 1994).

A licitação realizada resultou na seguinte participação acionária do consórcio formado:

Sócios Privados	Energia garantida (%)
Eletrosul	38,93%
Companhia de Cimento Itambé	1,52%
Companhia Siderúrgica Nacional	29,77%
Poliolefinas S.A.	17,86%
Companhia Ind. de Polipropileno	11,91%

Fonte: UHE-ITÁ 2450 MW - Informações do empreendimento Eletrosul, setembro de 1995.

Considerando a compra contratual de 61 MW médios de energia garantida excedente ao Consórcio, a Eletrosul poderá comercializar 49% da energia proveniente da Usina Hidrelétrica ITÁ.

4.1.2. Situação Institucional

O aproveitamento de Itá já era considerado como uma das alternativas de geração mais atraente da Região Sul desde 1981, quando se confirmavam os baixos custos de produção de energia elétrica resultantes dos estudos anteriores.

A concessão do aproveitamento foi outorgada à Eletrosul através de Decreto do Governo Federal no ano de 1983. Os estudos de projeto básico da Usina, aprovados em 1987, estabeleciam que o início da operação comercial se daria em 1992, época em que se previam graves riscos na oferta de energia elétrica no país. Essa data foi postergada sucessivamente devido à queda da taxa de crescimento do consumo de energia.

Para atendimento das necessidades projetadas para o mercado de energia elétrica, o Plano Decenal de Geração prevê a necessidade de que a Usina de Itá inicie sua geração comercial em junho de 1999.

Com a regulamentação dos requerimentos de caracterização ambiental e licenciamentos para grandes obras no final de 1986, a Eletrosul empreendeu os estudos de meio ambiente necessários para avaliar de acordo com a nova legislação. Esses estudos culminaram com a apresentação de um RIMA - Relatório de Impacto ao Meio Ambiente, o qual foi aprovado pelo órgão licenciador do Estado do Rio Grande do Sul. Nesse estado, o órgão licenciador outorgou à Eletrosul a necessária licença de instalação do empreendimento. No estado de Santa Catarina, o órgão de fiscalização ambiental forneceu à Eletrosul um atestado de regularidade ambiental, em seguida

uma audiência pública realizada em julho de 1993. O atestado também permite a construção do empreendimento.

4.2. Proponentes ao Consórcio e Caracterização das Proponentes

A formação do Consórcio para construção das usinas obedecia algumas regras básicas. Somente poderiam participar do empreendimento os seguintes tipos de empresas proponentes:

Reversão
Metris Energética
Custo da Energia

- a) consumidoras privadas ou não que possuam plantas industriais;
- b) consumidoras classificadas como comerciais;
- c) concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica. /

Do ponto de vista institucional poderiam participar empresas brasileiras de capital nacional e empresas brasileiras, conforme artigo 44 das Disposições Transitorias da Constituição Brasileira, desde que a energia a que se habilitarem seja utilizada no seu processo industrial.

Para fins de transferência de energia gerada, as empresas proponentes deverão estar localizadas nas regiões Sul/Sudeste/Centro Oeste do país, dentro da malha coberta pelo sistema interligado nesta área, que engloba os sistemas das empresas concessionárias de serviços de eletricidade federal (Eletrosul, Furnas, Light, Escelsa), os sistemas de empresas públicas estaduais (CEEE, CELESC, COPEL, CESP, ELETROPAULO, CPFL, CELG, CEMIG, CEMAT, ENERSUL) e os sistemas de algumas concessionárias privadas localizadas nestas áreas e interligadas à malha do sistema.

Não poderão receber a energia da UHE ITÁ empresas cujo ponto de consumo esteja situado nas regiões Norte e Nordeste do Brasil que, portanto, não poderão participar da presente licitação.

4.2.1. Forma de Participação

A Eletrosul é líder do Consórcio, conforme definição do Decreto 915, embora sua participação no total da geração de Usina, deva ser inferior a 50%. Cada consorciado detém uma parcela da energia garantida pela UHE ITÁ, correspondente à parcela do seu investimento sobre o total investido na UHE ITÁ.

A Eletrosul pretende realizar os investimentos complementares na área do reservatório, onde sua presença é absolutamente indispensável por acordos já firmados com a CRAB - Comissão Regional dos Atingidos por Barragens, o que inviabiliza a transferência desta responsabilidade para terceiros.

A forma de participação dos proponentes se fez por aporte de bens e serviços necessários à conclusão da usina, ou seja, as obras civis principais e todos os equipamentos eletromecânicos e respectiva montagem.

4.2.2. Contrato de Concessão

Objeto do contrato

Disciplina a exploração da concessão outorgada pelo Decreto n. 1.712, de 22/11/95, e estabelece as condições para o aproveitamento, pelas consorciadas, de potencial hidráulico, para fim de produção de energia hidrelétrica.

O aproveitamento de energia hidráulica destina-se ao uso exclusivo das consorciadas, em suas instalações industriais, na proporção e pontos de entrega indicados no contrato de constituição do consórcio da UHE ITÁ, homologado pelo DNAEE em 02/10/95.

A parcela de potência e energia destinada à Eletrosul, a ser distribuída a concessionárias de energia elétrica e a consumidores a quem, por força de lei, é facultada a escolha do fornecedor, será comercializada com observância das tarifas homologadas e publicadas pelo DNAEE.

Obrigações das consorciadas

- Obrigações básicas:

- a) cumprir todas as exigências do Código de Águas e de seu regulamento, as cláusulas do contrato e a legislação que disciplina a exploração de potenciais hidrelétricos;
- b) recolher aos cofres públicos os tributos e demais encargos incidentes e, em especial, a compensação financeira pela exploração de recursos hídricos;
- c) executar as obras necessárias à finalização da UHE-ITÁ, de acordo com o cronograma constante do Plano de conclusão de obras aprovado pelo DNAEE, de modo a garantir a entrada em operação das unidades geradoras, assumindo todos e quaisquer

ônus e responsabilidades pelos eventuais atrasos, ressalvados os provocados por atos da CONCEDENTE e os decorrentes de casos fortuitos ou de força maior;

d) efetuar o pagamento de todas as indenizações decorrentes de obras, serviços e atividades necessárias ao exercício da concessão e devidas a terceiros, cujos direitos ficam ressalvados, na forma da lei;

e) permitir às pessoas credenciadas pelo DNAEE, encarregados da fiscalização, livre acesso, em qualquer época, às obras e demais instalações compreendidas pela concessão, bem como o exame de todos os assentamentos gráficos, quadros e demais documentos dos consorciados, para verificação das descargas ou vazões, potências, medições de rendimento, energia produzida e consumida e preços e condições de venda da energia destinada ao serviço público;

f) manter, nos termos de legislação, as reservas de água e energia destinadas ao serviço público e de utilidade pública;

g) satisfazer as exigências de proteção ao meio ambiente de controle de cheias e demais prescrições acauteladoras, estabelecidas na legislação específica e no código de águas e suas normas regulamentares subsequentes.

Responsabilidades da Líder do Consórcio

Na condição de líder do consórcio e titular da concessão do serviço público de energia elétrica, a Eletrosul será responsável, perante o DNAEE, pela manutenção dos registros dos bens e das instalações vinculados ao empreendimento, bem como pela apresentação dos respectivos relatórios de informações técnicas, comerciais, financeiras e contábeis das atividades realizadas pelo consórcio.

A Eletrosul deverá encaminhar ao DNAEE, anualmente prestação individualizada de contas de seus investimentos atualizados, realizados em função de sua

participação no consórcio, que servirá de base para a fixação da quota da Reserva Global de Reversão-RGR.

Tarifas da Energia Elétrica do Serviço Público

A Eletrosul tem 180 dias (cento e oitenta), contados a partir da 23/11/95, para apresentar ao DNAEE proposta tarifária para a parcela que lhe cabe da energia produzida na UHE ITÁ, destinada ao serviço público de que é concessionária.

A proposta tarifária, uma vez aprovada e homologada pelo DNAEE, passará a fazer parte integrante e complementar do contrato.

Os valores constantes da proposta tarifária homologada pelo DNAEE serão reajustados anualmente, ou com periodicidade menor, caso a legislação assim venha permitir.

Para fins de reajuste tarifário, a receita da Eletrosul decorrente do aproveitamento da UHE ITÁ, será dividida em duas parcelas.

Parcela A: receita correspondente aos seguintes custos: quota da Reserva Global de Reversão - RGR; quotas da conta de Consumo de Combustíveis - CCC; encargos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos e valores relativos a pagamentos pela outorga da concessão e pela fiscalização dos serviços concedidos;

Parcela B: valor remanescente da receita da concessionária excluído o ICMS, após a dedução da parcela A.

O reajuste será calculado mediante aplicação, sobre as tarifas vigentes, do índice de Reajuste Tarifário (IRT),

$$\text{IRT} = \frac{\text{VPA} + \text{VPB} \times (\text{IGPM} \pm \text{X})}{\text{RA}}$$

VPA = é o valor da parcela A

VPB = é o valor da parcela B

IGPM = é a variação do IGPM da Fundação Getúlio Vargas, ou do índice que vier a sucedê-lo.

X = é o percentual definido pela concedente, a ser eventualmente subtraído será zero (0) para os primeiros quatro (4) reajustes a serem processados e quando o desenvolvimento de outras atividades da concessionária gerarem prejuízos.

RA = é a receita anual considerada no reajuste ou revisão anterior, excluído o ICMS.

A concedente procederá à revisão dos valores das tarifas de comercialização da energia gerada pelo aproveitamento alterando-os para mais ou para menos, a cada cinco (5) anos da vigência do contrato, de modo a garantir a modicidade das tarifas para os consumidores.

A Eletrosul reconhece que a exploração da UHE ITÁ deverá ser realizada como função de utilidade pública prioritária, comprometendo-se a somente exercer outra atividade empresarial com prévia autorização da concedente e desde que os resultados auferidos, que deverão ser contabilizados em separado, sejam parcialmente destinados a propiciar a modicidade das tarifas do serviço de energia elétrica que lhe é concedido, quando de suas revisões quinquenais.

Sem prejuízo do reajuste, caso haja alterações significativas nos seus custos, correspondentes a UHE ITÁ, poderá a Eletrosul solicitar que a Concedente proceda à revisão das tarifas, a qualquer tempo, visando manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Qualquer criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, ressalvado o imposto sobre a venda, verificadas após a assinatura do contrato, implicará a revisão das tarifas, para mais ou para menos, conforme o caso.

Os eventuais pedidos de revisão de tarifas, formulados pela Eletrosul, deverão ser acompanhados da demonstração da quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, podendo o DNAEE realizar as diligências e análises que entender necessárias para verificar a procedência do pedido e o desvio dos valores praticados, em relação aos indicados na proposta da Eletrosul, formulada no consórcio UHE ITÁ.

Os custos da UHE ITÁ, relativos à participação da Eletrosul, correspondentes à proposta tarifária homologada pelo DNAEE, serão considerados na estrutura de custos dessa concessionária, para efeito de avaliação das tarifas a serem por ela praticadas a partir do início da operação da usina.

Fiscalização

O DNAEE exercerá ampla fiscalização das atividades das consorciadas, com o objetivo de verificar e garantir a fiel observância das prescrições legais, regulamentares e do Contrato, podendo impor às consorciadas as penalidades previstas nas normas regulamentares do serviço de energia elétrica, eventualmente descumpridas no exercício da concessão de que trata o contrato.

Prazo da concessão

A concessão vigorará até 16 de outubro de 2030, do disposto no artigo 20 da Lei n. 9.074, de 07 de julho de 1995, e artigo 1º do Decreto n. 1.712, de 22 de novembro de 1995.

Observadas as prescrições legais então vigentes, as consorciadas poderão requerer a prorrogação do prazo da concessão, desde que o façam, através da Líder do Consórcio, até 36 (trinta e seis) meses antes do término do prazo fixado.

A concessão poderá ser declarada extinta no caso de descumprimento do Plano de Conclusão das obras da UHE ITÁ, aprovado pelo DNAEE, garantindo às consorciadas o direito de defesa, nos termos da legislação em vigor.

Reversão

Decorrido o prazo de vigência do contrato e de sua eventual prorrogação, os bens e instalações vinculadas à concessão reverterão à Concedente, garantida a indenização das parcelas dos investimentos vinculados aos bens reversíveis, feitos pelas consorciadas, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados para garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Encampação

A concedente poderá, a qualquer tempo e sempre que relevantes interesses públicos o exigirem, nos termos da lei que a autorizar, encampar os bens e instalações vinculadas à concessão de que trata o contrato, garantida a indenização devida, na forma da legislação específica.

Renúncia a Direitos Pré-existentes

As consorciadas renunciam, expressamente, a quaisquer eventuais direitos, relativos à UHE ITÁ, pré-existentes ao Contrato de Concessão, que contrariem a Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Ressalva de Direitos de terceiros e de Usuários

As prerrogativas conferidas às consorciadas em função do contrato não afetarão os direitos de terceiros e dos usuários da energia elétrica gerada pela UHE ITÁ, que ficam ressalvados. As consorciadas deverão manter, na sede da líder do consórcio, livros destinados ao registro das reclamações dos usuários da energia elétrica gerada na UHE ITÁ.

Proteção Ambiental

As Consorciadas obrigam-se a cumprir o disposto na legislação em vigor aplicável à matéria de proteção ambiental visando o prosseguimento das obras e serviços para implantação da UHE ITÁ.

4.2.3. Avaliação do Contrato de Concessão

Embora seja uma solução razoável para a viabilização do projeto de implantação da Usina de Itá, o Contrato de Concessão descrito acima não fornece elementos suficientes para se concluir sobre o tão falado estímulo à competição. Na prática, o instrumento de maior incentivo à concorrência entre empresas ainda não foi implementado, e seria o livre acesso das concessionárias ao sistema nacional de transmissão, cuja legislação também não foi operacionalizada.

Por outro lado, as relações das empresas com o órgão regulador, o DNAEE, continua sendo uma séria limitação para a criação de um ambiente competitivo no setor elétrico. Como se sabe, todos os diretores do DNAEE pertencem ao quadro de empregados de empresas do setor elétrico - o Diretor Geral, por exemplo, é da ELETROSUL e o seu substituto é da CESP -, o que significa que dificilmente essas pessoas teriam condições administrativas para julgar contra os interesses das organizações que pagam seus salários.

Desse modo, as diversas cláusulas do Contrato de Concessão, que deveria provocar a adaptação da concessão ao ambiente competitivo, deixam muito a desejar em termo de sua eficiência. Por exemplo, nas obrigações das consorciadas, em nenhum dos itens é incorporado qualquer instrumento de estímulo à tal competições. Na verdade, esta cláusula é uma repetição, com modificações apenas superficiais, dos contratos de concessão implementadas desde a origem do Código de Águas, na década de 30.

A cláusula que trata da fixação das tarifas não alterou nada em relação aos procedimentos já existentes. Ou seja, também não foi elaborado de forma que promovesse a competitividade, que é o objetivo do novo modelo institucional, que se pretende operacionalizar.

O reajuste das tarifas será anual e levará em conta uma fórmula paramétrica que, no fundo, consiste numa simples recomposição dos preços devido à inflação passada.

Por último, no item que aborda o problema da fiscalização, continua prevalecendo a legislação tradicional, sendo que, em momento algum dá abertura ao processo competitivo.

Sendo assim, a parceria da ELETROSUL com grupo privados para a construção de ITÁ é, na prática, uma solução muito inteligente para viabilizar financeiramente a implantação da usina, porém, mantém o estado atual em termo do aumento da eficiência devido a mudanças no grau de competições entre as empresas. Com um agravante, caso o governo não alcança sucesso na criação de um ambiente competitivo, através do livre acesso ao sistema de transmissão, existe fortes evidências de que o resultado seja a criação de monopólios regionais privados, o que é perigoso para a economia como um todo.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Do trabalho aqui efetuado pode-se tirar algumas conclusões importantes. As mudanças institucionais, no âmbito do setor de energia elétrica, decorrentes da crise financeira do Estado brasileiro, tornaram necessárias a adoção de medidas que permitissem o desenvolvimento de modelos alternativos para financiamento da sua expansão da capacidade instalada e que levassem em consideração o estímulo ao aumento de produtividade e a minimização dos custos de implantação e operação dos empreendimentos a serem construídos.

Neste contexto, o projeto de financiamento da UHE Itá, se constituiu numa proposta inovadora que viabilizou o aporte de capital privado e o início da implantação do empreendimento.

O modelo desenvolvido para a licitação da UHE Itá inovou quanto à definição da forma de participação da iniciativa privada versus empresa estatal em obras desta natureza.

Com a extinção da delimitação das áreas de concessão, a ELETROSUL, com este modelo de financiamento, se capacita para participar de licitações para outros empreendimentos no país, resultando internamente num rearranjo organizacional, bem como no aprimoramento dos seus processos de gestão e de decisão empresarial.

As próprias características técnicas e econômicas do Empreendimento, com destaque para o seu porte, benefícios sociais, localização em relação a malha de transmissão e baixo custo da energia gerada tornaram-no extremamente atrativo ao capital privado.

Para a ELETROSUL, a solução encontrada para financiamento do projeto, ao mesmo tempo que permitiu expandir o seu parque gerador, possibilitou preservar a sua participação no negócio, resguardando seus interesses empresariais.

Paralelamente, possibilitou preservar seu corpo técnico, envolvendo-o nas atividades vinculadas à construção da usina, e, posteriormente sua participação integral na fase de operação e manutenção, gerando, conseqüentemente uma nova alternativa de atuação empresarial.

Embora sendo uma solução satisfatória para viabilização do projeto, o Contrato de Consessão firmado não fornece elementos suficientes para se concluir sobre o efetivo estímulo à competição setorial.

Diante deste fato, recomenda-se a efetiva implementação do livre acesso das concessionárias ao sistema nacional de transmissão, ainda carente de definições para sua operacionalização, principalmente no que diz respeito à questão tarifária do transporte de energia.

Por outro lado, não há plena autonomia do órgão regulador - DNAEE -, que sofre a interferência do Governo Brasileiro e das próprias empresas concessionárias na medida em que estas cedem seus empregados para composição do seu quadro técnico.

No momento em que o setor elétrico passa por uma reforma institucional de tamanha magnitude, e após terem sido redefinidas as atribuições do órgão regulador (Lei das Concessões), recomenda-se que a constituição do novo DNAEE venha a ocorrer no curto prazo e que resulte em uma entidade fortalecida, mais independente e com quadros técnicos próprios.

Com relação a fixação das tarifas não ocorreram alterações significativas em relação aos procedimentos atuais, não contribuindo para estimular a competitividade e a entrada de novos parceiros nos próximos empreendimentos.

Assim, torna-se necessário promover estudos que levem ao desenvolvimento e implantação de novo modelo de cálculo tarifário.

“DNAEE”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTELLO, Élio. Análise Econômica Financeira da Usina Hidrelétrica-Itá. Monografia do curso de Economia. Florianópolis 1987.

Diário Oficial. Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993. Lei das Licitações e Contratos Administrativos.

Diário Oficial. Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.

Diário Oficial. Lei no 9.074 de 07 de julho de 1995. Estabelece normas para outorga e prorrogação das concessões e permissões de serviços públicos.

ELETROBRÁS. Plano 2015, volume I, Relatório Executivo Síntese, abril/94.

ELETROBRÁS. Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro Termo de Referência para serviços de Consultoria, março/96.

ELETROBRÁS. Termo de Referência para a Desestatização do Sistema Eletrobrás, agosto/95.

ELETROSUL. Análise de Viabilidade Econômica, outubro/93.

ELETROSUL. Diagnóstico Econômico-Financeiro - Situação Atual e Perspectivas, Diretoria de Finanças, março de 1995.

ELETROSUL. Documentos de Licitação da UHE-Itá Concorrência no 201.40020, volumes, I, II, III, IV, V, 1994.

ELETROSUL. Privatização do sistema ELETROBRÁS, Coordenadoria de Planejamento Empresarial, junho de 1995.

ELETROSUL. UHE-ITÁ- 1950 mw - Informações do Empreendimento, setembro 1995.

RTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DENADORIA DE ESTÁGIOS E MONOGRAFIA

IAÇÃO DA MONOGRAFIA

ARTE ESCRITA

1) CONTEÚDO:

a) Objetivo do Estudo - (na área econômica)

Até que ponto a delimitação dos objetivos permitiu que seus propósitos fossem alcançados.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10. (0,5)

b) Metodologia -

A metodologia utilizada foi apropriada para alcançar os objetivos.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10. (0,5)

c) Corpo do Trabalho -

O desenvolvimento teórico, analítico, de resultado e de conclusão foram sistematizados de maneira a possibilitar o atingimento dos objetivos. A bibliografia é atualizada.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10. (0,5)

Item 1.1) Média $(a+b+c/3) = 6,5 \times 5,0$ (peso) = 32,5

1.2) ESTILO E FORMA DE APRESENTAÇÃO

a) A redação foi clara, a linguagem precisa, as idéias foram apresentadas com lógica e

continuidade, o uso da terceira pessoa do singular e da voz passiva foram seguidas no texto.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10. (0,5)

b) As tabelas, quadros, figuras, citações bibliográficas, notas de rodapé, números, abreviaturas, anexos, referências bibliográficas, etc., seguiram as normas técnicas.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10. (0,5)

Item 1.2) Média $(a+b/2) = 6,5 \times 2,0$ (peso) = 13,0

PARTE ORAL -

O conteúdo da exposição e da arguição, a postura, a gesticulação, a linguagem, os recursos didáticos e audiovisuais, desenvolvidos ou apresentados durante a defesa oral, foram satisfatórios.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10. (0,5) x 3,0 (Peso) = 19,5

NOTA FINAL: 1) PARTE ESCRITA - item 1.1) = 32,5
- item 1.2) = 13,0

2) PARTE ORAL = 19,5

Soma (Partes 1+2) = 65,0

Soma/10 (Nota Final) = 6,5

Comissão de Avaliação:

1. (Presidente) Prof^o Edvaldo A. de Santos Ass. *[assinatura]*
2. (Membro) Prof^o Ass.
3. (Membro) Prof^o Ass.

Nome do Aluno: Ronaci Jacques Data Defesa: 08.10.1996

PARECER DA BANCA: (Aspectos Positivos e Negativos da Monografia)

O trabalho, embora com mérito para a nota ree-
bida, está muito aquém de outros trabalhos de
monografia já apresentados